

O poder das agências reguladoras



» RUY MARTINS ALTENFELDER DA SILVA
Advogado, presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas (APLJ)

O Instituto Roberto Simonsen, órgão de estudos e debates da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, entre os relevantes temas analisados, está a autonomia e a competência das agências reguladoras; o grau de interferência do Poder Executivo, a definição e a implementação de políticas. Ainda, a repartição de responsabilidades, o aumento de tarifas, o contingenciamento orçamentário e financeiro, as liminares do Poder Judiciário; o risco de alguns ministérios cuidarem de tarefas que cabem às agências reguladoras.

A criação desses entes reguladores representa importante avanço na modernização do aparelho estatal brasileiro. O estudo e a discussão das agências reguladoras exige foco preciso e concreto, caso contrário, afastará investidores do Brasil. O país avançou na modernização de sua máquina administrativa, destacando-se três princípios básicos: 1) nem Estado mínimo, nem Estado máximo: Estado necessário para cuidar de tudo aquilo que não pode, nem deve delegar; 2) o governo propõe, induz, torna viável, bem como regulamenta; 3) o Estado financia a parte que lhe compete na parceria e presta contas à sociedade de todos os seus atos. Em nenhuma hipótese se omite.

Um dos aspectos mais relevantes da Reforma do Estado diz respeito à regulamentação e fiscalização dos serviços concedidos, e à exploração dos bens públicos, por meio das agências reguladoras, órgão dotado de legislação própria e autonomia administrativa.

As críticas às Agências são um equívoco. Ao invés de reconhecerem a falta de políticas setoriais claras e precisas, definidas pelo Poder Executivo e aprovadas pelo Congresso, os seus críticos atacam os efeitos da omissão de Políticas governamentais. As críticas servem para gerar incertezas e inseguranças entre os agentes econômicos e para desqualificar os órgãos de interesse público.

O Brasil capitalista não dará certo sem órgãos reguladores competentes e confiáveis. A criação das agências, em áreas de prestação de serviços públicos, foi importante na modernização do aparelho estatal brasileiro. O processo foi iniciado com a criação da Anel em 1996, prosseguiu com a Anatel em 1997, e com a ANP no ano seguinte. Hoje, existem outras agências reguladoras em vários e relevantes setores da comunidade. Foram criadas para servirem ao Estado e ao público e não ao governo.

O Instituto Roberto Simonsen avaliou o comportamento e as ações das Agências Reguladoras e propôs correções de pontos fracos e debilidades com o objetivo de ouvir autoridades e lideranças das áreas abrangidas. Os dirigentes das agências não foram escolhidos pelo presidente, e não foram porque essa é a forma da lei. Faz parte do ideário mínimo das Agências, nas quais está prevista a questão da autonomia, a questão dos mandatos.

Arnaldo Jardim, que participou dos estudos, em sua fala lembrou que eu exerci um cargo público, e disse: "Secretário de Estado que foi, e quero dizer que ele foi tudo que nós saudamos: a

pessoa que, na integralidade, pratica aquilo que acredita. Pessoas que assumem cargos públicos e, muitas vezes, acabam mediando a sua atuação por uma série de circunstâncias que acabam abdicando daquilo em que acreditam. E eu testemunhei. Ruy Altenfelder, que é uma pessoa que defende essa visão do Estado, de um Estado com a capacidade regulatória, um Estado que reformula os seus critérios e ele a praticou, no tempo em que esteve à frente de uma Secretaria de Estado".

Defendo o processo de terceirização das Agências Reguladoras. Não a terceirização do poder político, mas que as Agências recorram a processos sistemáticos de terceirização, porque, simplesmente constituir um órgão técnico, elas cairão naquilo que, muitas vezes, são questões atinentes ao funcionamento dos órgãos públicos atuais, dos órgãos que, na questão da estabilidade, em vez de terem um fenômeno de tranquilidade, significa um processo de acomodação.

No ponto de vista político, nada mais eficaz do que a ida das agências à sociedade. Avançar muito no sentido da sua transparência. As reuniões de diretorias das agências deveriam ser públicas. As agências reguladoras necessitam de estrutura e legitimidade social para que possamos garantir uma não promiscuidade na relação entre regulador e regulado. Nem Estado máximo nem Estado mínimo, mas o Estado com uma concepção maior de exercício do Poder Público e não como simples arranjo momentâneo do Executivo.

O que você faz com o seu lixo eletrônico?

» PAULO DE GODÓY
Country manager da Pure Storage

Embora os programas de reciclagem efetivamente evitem que materiais como papel, vidro e alumínio cheguem aos aterros sanitários, existem desafios em outras áreas. Alguns mercados carecem de regulamentação para uma reciclagem eficaz, fazendo com que recursos valiosos acabem nestes aterros. O lixo eletrônico é especialmente preocupante porque é o fluxo de resíduos que mais cresce no mundo.

Existem, atualmente, mais de 347 milhões de toneladas métricas de lixo eletrônico não reciclado no planeta e, de acordo com a Statista, até 2030 a produção anual de lixo eletrônico pode atingir 75 milhões de toneladas. Embora muitos componentes dos dispositivos eletrônicos sejam recicláveis, a taxa de reciclagem do lixo eletrônico é relativamente baixa. Muitos mercados têm regulamentações limitadas ou inexistentes em relação a isto e, em alguns países, menos de 20% do lixo eletrônico é devidamente reciclado.

O lixo eletrônico abrange todos os dispositivos eletrônicos descartados que atingiram o fim de sua vida útil. Esta categoria inclui itens como smartphones, computadores, televisões, monitores, impressoras e copiadoras que não funcionam mais, sofreram danos significativos ou se tornaram obsoletos a ponto de não poderem ser atualizados para compatibilidade com a tecnologia moderna.

Em nosso dia a dia, dependemos fortemente da eletrônica, seja utilizando laptop, smartphones ou tablets para diversas tarefas, e esses dispositivos eletrônicos eventualmente se desgastam ou se tornam obsoletos. Quando isso acontece, o que fazemos com eles? Surpreendentemente, muitas pessoas não têm certeza sobre o descarte adequado, que representa uma ameaça significativa ao meio ambiente, impactando a qualidade da terra, da água e do ar.

Aqui estão alguns outros fatores sobre este tema que precisam ser considerados:

Uma pesquisa realizada entre a Geração Z e Millennials revelou que 60% dos entrevistados dessas faixas etárias não estavam familiarizados com o conceito de lixo eletrônico, enquanto 57% não sabiam que esses eletrônicos descartados contribuem para a poluição ambiental. Isto reforça a necessidade urgente de uma maior sensibilização do público e de opções de reciclagem acessíveis para dispositivos eletrônicos.

A reciclagem adequada de lixo eletrônico envolve o envio de dispositivos descartados para instalações especializadas capazes de desmontá-los para recuperar componentes reutilizáveis. Estas instalações também garantem a destruição segura dos dados nestes dispositivos antes de processá-los em grandes trituradores que os decompõem em materiais recicláveis, como metal, vidro e plástico.

Diferentes materiais são posteriormente separados com base na sua composição e posteriormente processados para reutilização. A reciclagem eficaz do lixo eletrônico pode recuperar matérias-primas valiosas como ouro, alumínio, prata, cobre e paládio, que podem ser usadas para fabricar novos produtos. No entanto, segundo a pesquisa "Lixo Eletrônico no Brasil", 29% dos entrevistados sequer ouviram falar sobre os pontos PEVs (Pontos de Entrega Voluntária).

A reciclagem de equipamentos de TI oferece uma solução promissora para o crescente problema do lixo eletrônico. Ao reciclar, podemos recuperar recursos valiosos e reduzir a necessidade de extração de recursos e o impacto ambiental associado a esta atividade. Além disso, a reciclagem responsável garante que os materiais perigosos sejam eliminados de forma segura, mitigando os danos ao ambiente e à saúde humana.

No centro da solução está o conceito de economia circular, um modelo econômico regenerativo concebido para minimizar o desperdício e maximizar a longevidade dos produtos e materiais. Uma economia circular promove os princípios de dispositivos criados para ter mais durabilidade e longevidade, incentivo à reutilização e renovação, descarte responsável e inovação em tecnologias de reciclagem, materiais sustentáveis e design de produtos.

Tudo isso promove uma cultura de melhoria contínua. A reciclagem de equipamentos de TI em uma economia circular não só conserva recursos valiosos, mas também oferece oportunidades econômicas significativas porque gera oportunidade de trabalho na coleta, renovação, reciclagem e inovação. Também pode apresentar crescimento interno e oportunidades de crescimento por meio de programas ESG das empresas.

A adoção dos princípios da economia circular é a chave para enfrentar os desafios gerados pelo lixo eletrônico e, ao mesmo tempo, ampliar oportunidades econômicas e ambientais. A medida que a tecnologia continua a avançar, é imperativo dar prioridade à gestão responsável do lixo eletrônico, projetar para a longevidade e promover a cultura de economia circular.

O Cerrado tem pressa!

» CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO
Engenheiro florestal, conselheiro do Conama e membro da Funatura, da Rede Cerrado e da Remap

Nesta semana passada, aconteceu, em Brasília, a Oficina de Trabalho: Critérios e Priorização para a Criação de Unidades de Conservação Federais promovida pelo ICMBio. Foi um evento muito importante por ter tratado de um tema extremamente relevante e, infelizmente, abandonado nos últimos anos. Foi muito gratificante ter reencontrado pessoas que trabalham com o tema ou vivem em áreas onde há o aproveitamento sustentável dos recursos naturais, de várias partes do Brasil, de todos os biomas, do Cerrado, do Pantanal, da Caatinga, da Mata Atlântica, dos Pampas e da Amazônia, além da Zona Costeira e Marinha.

Até meados do ano passado, a última unidade de conservação federal criada foi em 2018. Há inúmeros (mais de 200) estudos e propostas de criação e/ou ampliação de UCs federais desenvolvidos nos últimos 15 anos, que simplesmente foram engavetados e que, agora, estão sendo objeto de reavaliações sobre a pertinência ou não de serem criadas, uma vez que a situação das áreas já não é a mesma da época em que foram propostas. Muitas destas áreas estão situadas em áreas

consideradas de extrema importância para a biodiversidade, para a produção de água, para a manutenção de paisagens únicas, para o seu aproveitamento sustentável por comunidades tradicionais, dentre outros aspectos. O problema é que quanto mais o tempo passa, mais as áreas vão sendo impactadas e alteradas, acarretando, em muitos casos, a inviabilização de sua criação ou ampliação tal como foram propostas na época dos estudos.

No Cerrado, a situação é dramática e não se pode perder mais tempo. O rápido avanço da conversão do Cerrado nativo em outros usos, especialmente pelo agronegócio (principalmente para a produção de soja, milho e carne) está destruindo áreas de extrema importância, além de acarretar o processo de insularidade das unidades de conservação (UC) existentes, diminuindo o objetivo maior das UCs, que é a conservação da natureza no longo prazo, melhor dizendo, para sempre.

De 2019 a 2023, houve um aumento constante do desmatamento no Cerrado, atingindo mais de 11 mil km² em 2023, conforme dados do

Prodes/Inpe. Nas últimas seis décadas, o Cerrado já perdeu metade dos seus ecossistemas naturais. A continuação neste ritmo, com mais 50 anos, vamos ter apenas as UCs e demais áreas protegidas, como as terras indígenas, para contar a história. Atualmente, o bioma tem apenas 8,62% de sua superfície em UCs, sendo 3,07% em unidades de proteção integral e 5,55% em unidades de uso sustentável.

O que me deixou frustrado com a Oficina de Trabalho foram as propostas de prazos do MMA para a criação/ampliação de UCs, com previsões somente para 2026 e 2030. Por que isso? Se considerarmos a velocidade com que o Cerrado está sendo destruído, vamos constatar que estudos podem ter a necessidade de serem atualizados em um prazo de menos de dois anos, ou seja, uma proposta bem embasada e apresentada hoje, se não for logo colocada em consulta pública e, na sequência, ter um trâmite protocolar cumprido dentro de um tempo razoável, a possibilidade de criação de novas UCs será praticamente inexistente. Por isso, afirmo: o Cerrado tem pressa e não pode esperar!